DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 646/2022

PROCESSO TC/MS	: TC/5764/2013/001
PROTOCOLO	: 1868742
ENTE	: MUNICÍPIO DE DOURADOS
RECORRENTE	: LEDI FERLA (PREFEITA MUNICIPAL À ÉPOCA)
TIPO DE PROCESSO	: RECURSO ORDINÁRIO EM FACE DA DELIBERAÇÃO AC02 - 399/2017
RELATOR	: CONS. FLÁVIO KAYATT

RELATÓRIO

Examina-se, nos presentes autos, a matéria do Recurso Ordinário interposto pela senhora LEDI FERLA (Prefeita Municipal à época dos fatos), devidamente recebido pela Presidência DESPACHO DSP – GAB. PRES. – 47474/2018 (pç. 3, fl. 25), contra os efeitos da Deliberação AC02 - 399/2017, proferido nos autos do TC/5764/2013 (pç. 31, fls. 93-96).

Quanto à deliberação atacada, verifica-se o seguinte teor da parte dispositiva:

> 1 - pela **ilegalidade e irregularidade** da contratação formalizada por meio da Nota de Empenho n. 80/2012, emitida a favor da empresa Tavares & Soares Ltda.- EPP, com fundamento no art. 59, III, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, c/c o art. 120, II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa n. 76/2013, em razão da não publicação do extrato da nota de empenho;
> 2 - pela **ilegalidade e irregularidade** da execução financeira, nos moldes do art. 59, III, da LCE. n. 160/2012, c/c o art. 120, III, do RITC/MS, em razão da ausência dos documentos comprobatórios;
> 3 - pela **aplicação** de multa no valor correspondente a 30 (trinta) UFERMS, sendo 15 (quinze) UFERMS, ao Sr. Murilo Zauith, prefeito municipal de Dourados, inscrito no CPF sob o n. 747.067.218-49, e 15 (quinze) UFERMS, à secretária municipal de assistência social, Ledi Ferla, inscrita no CPF sob o n. 597.332.099-53, pela prática das infrações capituladas no art. 42, IV e IX, (não encaminhamento de documentos regularmente solicitados, e a não publicação da Nota de Empenho n. 80/2012), c/c o art. 44, I, e art. 45, I, todos da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, e c/c o art. 170, I, do RITC/MS, (...) (os destaques constam do texto original).

Em síntese, a recorrente pleiteia pelo recebimento do recurso para o fim de reformar a Decisão, pela ausência de responsabilidade da recorrente quanto a publicação da Nota de Empenho n. 80/2012 e não encaminhamento de documentos a esse Tribunal, afastando a aplicação de multa no valor de 15 (quinze) UFERMS. Ou, não sendo o caso, requer que seja reformada a decisão, tendo em vista as razões elencadas, para reduzir o quantitativo de multa aplicável.

Contudo, é necessário registrar que:

- no transcorrer do processo recursal, a senhora LEDI FERLA efetuou o pagamento da penalidade a ele infligida na Deliberação AC02 - 399/2017, conforme se observa na Certidão de Quitação de Multa, emitida pela Gerência de Controle Institucional, às fls. 118-119 do Processo TC/5764/2013 (pç. 49);

- o pagamento da multa pela recorrente foi realizado com o desconto decorrente da adesão ao programa de concessão de redução de créditos devidos ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), previsto na Lei Estadual n. 5.454, de 15 de dezembro de 2019, e regulamentado na Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13, de 27 de janeiro de 2020.

Seguindo os ritos regimentais os autos foram à Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias (DFLCP), para análise e verificação da matéria, instrumentalizada pela Análise n. 790/2022 (pç. 6, fls. 28-29) do presente processo, que concluiu pela homologação da desistência do recurso, com a consequente extinção do processo e arquivamento dos autos, considerando o pagamento integral da multa aplicada à recorrente, e a previsão legal de desistência de Recurso Administrativo.

Na sequência o Representante do Ministério Público de Contas, que emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC – 874/2022 (pç. 7, fls. 30), opinando pela extinção e consequente arquivamento do presente feito, pela perda do objeto.

É o Relatório.

DECISÃO

Acerca da matéria em exame, tenho como certo, em juízo preliminar, que o feito não tem fundamento para subsistir, em razão da falta superveniente do interesse processual da recorrente.

E a falta superveniente de interesse processual decorre do fato de que a senhora Ledi Ferla efetuou o pagamento da multa a ela infligida, com o benefício do desconto decorrente do programa de concessão de redução de créditos devidos ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC). A Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13, de 27 de janeiro de 2020, que regulamenta tal programa, prevê:

> Art. 5º O deferimento do pedido de pagamento dos débitos com os benefícios concedidos, conforme regulamenta esta Instrução Normativa, constitui confissão irretratável da dívida em cobrança administrativa ou judicial, renúncia e desistên-

> cia de quaisquer meios de defesa, impugnação e recurso administrativo ou judicial que tenha por objeto o questionamento do crédito devido ao FUNTC.
> (...)
>
> Art. 6º (...) § 1º Os processos, eventuais recursos e pedidos de revisão, cujas multas forem quitadas com redução serão submetidos ao Conselheiro Relator do feito para decidir quanto à sua extinção ou continuidade, para cumprimento de outros atos executórios.

Portanto, tendo advindo fato novo no transcorrer "da marcha processual", significativo da realização do pagamento da multa pela recorrente, esse fato ocasionou a perda do objeto e, por consequência, a falta de interesse processual superveniente, ensejando a extinção do processo sem a resolução de mérito. Nesse sentido, os seguintes precedentes judiciais:

> – RECURSO ORDINÁRIO. PERDA DO OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. EXTINÇAO SEM RESOLUÇAO DE MÉRITO. ARTIGO 267, VI, CPC [atualmente art. 485, VI, do CPC]. Se no curso da marcha processual advir fato novo capaz de tornar inócua a existência jurídica do processo, por inconteste perda do objeto vindicado no feito e pela falta de interesse superveniente, este deverá ser extinto sem resolução de mérito, na esteira do art. 267, inciso VI, do CPC. (TRT-14 - RO: 672 RO 0000672, Relator: JUIZA FEDERAL DO TRABALHO CONVOCADA ARLENE REGINA DO COUTO RAMOS, Data de Julgamento: 27/10/2010, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DETRT14 n.0199, de 03/11/2010).
>
> – AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESBLOQUEIO DE VALORES. PERDA DE OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. Não mais subsiste o interesse recursal do recorrente porque a tutela jurisdicional ora postulada já foi atendida pela decisão, proferida em Agravo de instrumento relacionado, e que determinou o desbloqueio do numerário pertencente ao agravante. (TRF-4 - AG: 50084087620194040000 5008408-76.2019.4.04.0000, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 04/09/2019, QUARTA TURMA).

Entendo, portanto, que a recorrente, ao pagar a multa, cumpriu as determinações a ela impostas pela Deliberação AC02 - 399/2017, ocasionando a perda de objeto do processo recursal. Em razão disso, o presente processo deve ser extinto, sem resolução de mérito, e arquivado, em conformidade com o disposto no art. 485, VI, do Código de Processo Civil – aplicável ao caso pela regra do art. 89 da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

Assim, diante do exposto, acolho a manifestação do Ministério Público de Contas (MPC) e, dando cumprimento ao art. 6º, § 2º da Instrução Normativa PRE/TCMS Nº 13/2020, **DECIDO** pela **extinção**, sem resolução de mérito, e **arquivamento** do Processo TC/5764/2013/001, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, e no art. 11, V, "a", do Regimento Interno (aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018), em razão da ocorrência de fato

novo no transcorrer do andamento processual (correspondente ao pagamento, pela recorrente, da multa a ela infligida por meio da Deliberação AC02 - 399/2017), o qual ocasionou a perda do objeto e, por consequência, a falta de interesse processual superveniente da recorrente.

É a Decisão.

Campo Grande/MS, 08 de fevereiro de 2022.

Conselheiro FLÁVIO KAYATT
Relator

MCL